

PORTO & MAR

Infraestrutura, caminho para a retomada

No Summit Portos 5.0, especialistas destacaram a necessidade de uma regulação eficiente para acelerar as transformações no setor

DA REDAÇÃO

Investir em infraestrutura é a saída para a retomada econômica, mas, para isso, são necessárias regras claras, segurança jurídica e incentivos. Na opinião de especialistas, uma regulação eficiente e que permita a verticalização pode garantir novos investimentos e geração de milhares de empregos, com uma melhor prestação de serviços ao consumidor final.

O advogado Cassio Lourenço e o economista Gesner Oliveira participaram do primeiro painel de debates do Summit Portos 5.0. O evento foi promovido pelo Grupo Tribuna, em Brasília, no mês passado.

De acordo com Oliveira, países desenvolvidos investem, em média, mais do que o dobro do que o Brasil em infraestrutura. Hoje, apenas 2% do PIB é direcionado para esses aportes. Na China, o índice supera 8%.

“Temos lacunas na infraestrutura que são uma tragédia, mas uma grande oportunidade e há capital no mundo e no Brasil com apetite de investimento”. Segundo ele, apenas no



REGULAÇÃO
CRISTIANO MARIZ/DIVULGAÇÃO

O problema não é ter o regulamento, ele sempre vai haver. O problema é mudar o regulamento no meio do jogo. O investidor estrangeiro só vê isso. Nós, da TIL, quando pensamos em investir em um País, pensamos em duas coisas: retorno de investimento porque somos uma empresa privada, visamos dar lucro ao acionista que investe dinheiro, e a gente não tem vergonha de falar isso. E a segunda é a estabilidade jurídica”

Patricio Junior
Diretor de Investimento em Terminais da Terminal Investment Limited (TIL) e presidente do conselho de administração da BTP e da Portonave



Segundo especialista, investimentos em infraestrutura são sinônimo de geração de empregos no País

setor portuário, esses aportes podem gerar 200 mil empregos.

Oliveira aponta, ainda, que o papel da regulação é acelerar as transformações. “A integração vertical é fundamental e por vezes é demonizada. É vis-

ta como tendência mundial no aumento da eficiência logística. Garante ganho de escala, coordenação e conhecimento”.

O advogado Cássio Lourenço concorda. E afirma que é preciso contar com decisões racionais por par-

te do poder público. Citou o plano de incluir cláusulas de barreira para impedir a participação de grupos de armadores no processo de desestatização do Porto de Santos, sob o argumento de que haveria conflito de interesse. “Armado-

res tem compromisso de investimentos na logística. São incentivos que outros grupos não têm”, afirmou o advogado.

SEGURANÇA JURÍDICA

Para Lourenço, o tripé previsibilidade, estabilidade e racionalidade é fundamental para garantir segurança jurídica. Primeiro, é necessário prever quando serão auferidos lucros. Em seguida, ter a certeza de que as regras não vão mudar durante o processo e se as normas são adequadas para o setor em que se deseja investir.

Neste contexto, o advogado destaca que a sobreposição de entendimento de órgãos não facilita a atuação do investidor privado. “As fronteiras entre os órgãos precisam ser claras para que se saiba de antemão a competência de cada um”. Lourenço também aponta que quanto mais evidências técnicas, mais estabilidade nos processos decisórios. “Decisões tomadas com embasamento técnico e racional tendem a ser respeitadas em outros órgãos”.

CARLOS NOGUEIRA - 30/1/17